

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ



CONTRATO Nº 20160008

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de TUCUMÃ, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ, CNPJ-MF, Nº 22.981.096/0001-59, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) JOSE VALNEI PINTO DE OLIVEIRA, Presidente, portador do CPF nº 955.067.991-87, residente na RUA CRISTAL, 20, e do outro lado ARAUJO PNEUS PEÇAS E ACESSORIOS LTDA - EPP, CNPJ 13.910.761/0001-22, com sede na ROD PA 270 KM 162 S/Nº., INDUSTRIAL, Tucumã-PA, CEP 68385-000, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). GENILTON OLIVEIRA ARAUJO, residente na RUA SALVA TERRA, 227, CENTRO, Tucumã-PA, CEP 68385-000, portador do(a) CPF 571.876.812-91, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Peças Mecânicas e Serviços Mecânicos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Tucumã/PA.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001194	SERVIÇO TORNO	UNIDADE	12,00	120,000	1.440,00
001195	SERVIÇO PARABRISA	UNIDADE	2,00	120,000	240,00
001196	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRÔNICA	UNIDADE	6,00	120,000	720,00
001197	SERVIÇO DEZEMPENHO RODA	UNIDADE	4,00	60,000	240,00
001198	SERVIÇO ARQUIAR FEIXO DE MOLA	UNIDADE	4,00	100,000	400,00
001199	SERVIÇO MECÂNICO Hrs	HORA	30,00	100,000	3.000,00
001200	MOTOR S10	UNIDADE	1,00	16.000,000	16.000,00
001201	PNEU 235 70 R16 S10	UNIDADE	12,00	806,000	9.672,00
001202	AMORTECEDOR 4x2 DT S10	UNIDADE	4,00	234,740	938,96
001203	AMORTECEDOR 4x4 TS S10	UNIDADE	4,00	247,370	989,48
001204	TERMINAL DIREÇÃO S10 ESQUERDO	UNIDADE	4,00	95,000	380,00
001205	TERMINAL DIREÇÃO S10 DIREITO	UNIDADE	4,00	105,000	420,00
001206	CAIXA DE MARCHA S10	UNIDADE	2,00	8.500,000	17.000,00
001207	BRACO AUXILIAR S10	UNIDADE	4,00	355,790	1.423,16
001208	BRACO PITMAN S10	UNIDADE	4,00	228,420	913,68
001209	BUCHA BANDEJA INF DT S10	UNIDADE	4,00	47,370	189,48
001210	BUCHA BAND INF TS BAND DT S10	UNIDADE	4,00	56,840	227,36
001211	BUCHA BAND S10 SUP	UNIDADE	8,00	54,740	437,92
001212	PIVO S10 TDS INF	UNIDADE	8,00	120,000	960,00
001213	PIVO S10 TDS SUP	UNIDADE	8,00	114,740	917,92
001214	PASTILHA FREIO S10	UNIDADE	4,00	115,790	463,16
001215	SAPATA FREIO S10	UNIDADE	4,00	155,000	620,00
001216	TAMBOR FREIO S10	UNIDADE	4,00	128,000	512,00
001217	DISCO DE FREIO S10	UNIDADE	4,00	163,160	652,64
001218	CAFOTA MARITIMA S10	UNIDADE	1,00	663,160	663,16
001219	PARABRISA S10	UNIDADE	2,00	515,790	1.031,58
001220	COLA PARABRISA	BISNAGA	4,00	47,370	189,48
001221	BUCHA MOLA S10	UNIDADE	8,00	88,420	547,36
001222	MOLA 2 S10	UNIDADE	2,00	161,850	323,70
001223	MOLA MESTRE S10	UNIDADE	2,00	193,680	387,36
001224	CORREIA ALTERNADOR S10	UNIDADE	2,00	84,210	168,42
001225	ROLAMENTO TENSOR S10	UNIDADE	2,00	128,700	257,40
001226	ROLAMENTO CVA S10	UNIDADE	2,00	157,890	315,78
001227	CORREIA CVA S10	UNIDADE	2,00	78,950	157,90
001228	VELA IGNIÇÃO S10	UNIDADE	4,00	22,110	88,44
001229	CABO VELA S10	UNIDADE	2,00	170,530	341,06
001230	BOBINA IGNIÇÃO S10	UNIDADE	1,00	346,320	346,32
001231	PARAFUSO RODA S10	UNIDADE	24,00	16,840	404,16
001232	ROLAMENTO RODA S10	UNIDADE	4,00	130,530	522,12
001233	RETENTOR RODA S10	UNIDADE	4,00	38,900	155,60
VALOR GLOBAL R\$					64.656,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, bem como na licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, nº 2/2016-00006.

AVENIDA BÉLEM, 1353 - BAIRRO DAS FLORES



CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 2/2016-00006 e neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) TOMADA DE PREÇOS nº 2/2016-00006.
- 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- 5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 21 de Março de 2016 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

AVENIDA BÉLEM, 1353 - BAIRRO DAS FLORES



CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor do presente contrato é de R\$ 64.656,00 (sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), não sofrendo reajuste durante a vigência do contrato.

AVENIDA BÉLEM, 1353 - BAIRRO DAS FLORES

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ



Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2016 Atividade 0101.010310001.2.001 Manutenção da Câmara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.19, no valor de R\$ 6.040,00, Exercício 2016 Atividade 0101.010310001.2.001 Manutenção da Câmara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.39, no valor de R\$ 58.616,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

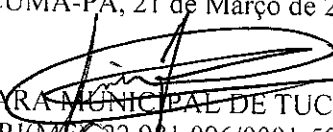
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

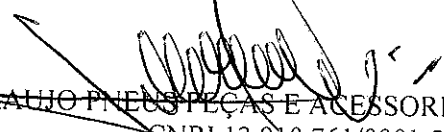
11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de TUCUMÃ, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

TUCUMÃ-PA, 21 de Março de 2016


CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CNPJ(ME) 22.981.096/0001-59
CONTRATANTE


ARAUJO PNEUS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA - EPP
CNPJ 13.910.761/0001-22
CONTRATADO(A)

AVENIDA BÉLEM, 1353 - BAIRRO DAS FLORES

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ



Testemunhas:

1. _____

2. _____



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ARAUJO PNEUS PECAS E ACESSORIOS LTDA - EPP
CNPJ: 13.910.761/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 07:44:29 do dia 19/03/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/09/2016.

Código de controle da certidão: **527A.A2F7.8D28.A2B8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Search...

Search

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO DE REGULARIDADE DE NATUREZA TRIBUTÁRIA****Nome:** ARAUJO PNEUS PECAS E ACESSORIOS LTDA - EPP**Inscrição Estadual:** 15.340.865-0**CNPJ:** 13.910.761/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, cuja exigibilidade está suspensa, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa e somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 17:28:31 do dia 18/03/2016**Válida até:** 14/09/2016**Número da Certidão:** 702016080114925-6**Código de Controle de Autenticidade:** 3EAF7A8A.988445F5.6797E9D4.6BF18AD9**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA****Nome:** ARAUJO PNEUS PECAS E ACESSORIOS LTDA - EPP**Inscrição Estadual:** 15.340.865-0**CNPJ:** 13.910.761/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 17:28:31 do dia 18/03/2016**Válida até:** 14/09/2016**Número da Certidão:** 702016080114926-4**Código de Controle de Autenticidade:** 8B2F1EF4.9A55D86D.FB21FD4F.EF931831**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO